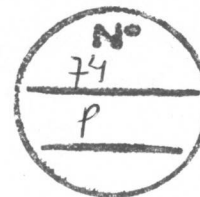


PARECER TÉCNICO DO CONTROLADOR INTERNO

PROCESSO – 4845/2025

ORIGEM: Secretária Municipal de Juventude, Cultura e Esporte.

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO



Objeto: Contratação de um artista consagrando e de renome nacional, por intermédio de representante exclusivo, afim de promover animação através de show artístco em comemoração à 21ª edição do dia do evangélico de Brejinho de Nazaré, que ocorrerá no dia 29 de agosto de 2025, sob interesse da Secretária Municipal de Juventude, Cultura e Esporte de Brejinho de Nazaré/TO.

1. RELATÓRIO

A CONTROLADORIA INTERNA, declara para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Tocantins, nos termos das Lei Federal nº 14.133/21 que recebeu para análise, o processo nº 4845/2025, do referido ao Processo de Inexigibilidade para contratação de um artista consagrando e de renome nacional, por intermédio de representante exclusivo, afim de promover animação através de show artístco em comemoração à 21ª edição do dia do evangélico de Brejinho de Nazaré, que ocorrerá no dia 29 de agosto de 2025, sob interesse da Secretária Municipal de Juventude, Cultura e Esporte de Brejinho de Nazaré/TO.

A secretaria acima citada apresenta a dupla “LUCAS ROQUE & GABRIEL”, com o show no “DIA DO EVANGÉLICO 2025”, representado pela empresa LR&G MUSICAL LTDA, com nome fantasia LUCAS ROQUE E GABRIEL, CNPJ sob nº 44.686.737/0001-85.

Consta nos autos: Documento de formalização de demanda, protocolo, aprovação de solicitação, estudo técnico preliminar, termo de referência, cópia da lei nº 1.156/2019, proposta comercial, notas fiscais de shows outros municípios, cadastro nacional pessoa jurídica, CNDs: federal, trabalhista, FGTS, estadual e municipal, declaração contábil, registro de títulos e documentos de Goiânia-GO, certificado de registro cadastral, contrato social de sociedade limitada, cópias de documento pessoal com fotos, declaração que não emprega menor de idade, termo de autenticação, declaração de autenticidade, atestado de capacidade técnica, portfólio da dupla, termo de abertura de processo de inexigibilidade, solicitação de informação sobre crédito orçamentário, declaração previsão orçamentária, declaração disponibilidade financeira, despacho, autuação inexigibilidade de licitação, justificativa do preço, razão da escolha do executante, minuta de contrato e por fim parecer jurídico.

2- PRELIMINAR – DA ATRIBUIÇÃO DO CONTROLE INTERNO

Antes de adentrarmos ao mérito do presente Parecer, insta salientar que a condução da análise técnica desta Controladoria é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74, no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante à administração pública, bem como sua responsabilidade.

Assim, a Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabuladas no art. 74 da Constituição Federal/1988, *in verbis*:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário

Ass

manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União."

Neste sentido, cabe a ressalva quanto a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno.

Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e dela, não informar ao Tribunal de Contas ao qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle Externo.

Importante também destacar que o Controlador Interno não é ordenador de despesas, nem confere "atesto" de recebimento dos materiais/produtos/serviços ora contratados pela Administração Pública. Essa atribuição se restringe a servidores nomeados por Portaria/Decreto, para executar a função de fiscal de contratos.

3. DA INEXIGIBILIDADE

3.1. Da escolha do procedimento

Conforme preceitua a Lei 14.133/21, o inciso II e o § 2º, do artigo 74, assim dispõem:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

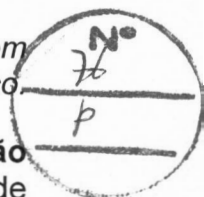
(...);

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

(...);

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por

*inexigibilidade por meio de empresário com
representação restrita a evento ou local específico*



Na Lei 14.133/2023, o procedimento inicia-se com a **Documento de Formalização da Demanda**, assinado pelo **Secretário Municipal**, ocasião em que relata a necessidade de contratação de artista consagrado e de renome nacional.

Aliado a esses documentos, sobrevêm ainda o **Termo de Referência**, contendo a descrição clara e específica do objeto, justificativa, características necessárias a contratação, dotações orçamentárias, obrigações da contratada e contratante, forma de pagamento, entre outros requisitos para contratação da dupla **LUCAS ROQUE & GABRIEL**, para o dia 29/08/2025, parte da programação do **DIA DO EVANGÉLICO 2025**, conforme lei municipal nº 1.156/2019.

Por fim, a **minuta do contrato** possui todos os requisitos imperativos exigidos pelo artigo 92 da Lei 14.133/21.

De modo que o imóvel a ser locado apresentou toda a documentação exigida pelo artigo 74, §5º e seus incisos.

Vale lembrar ainda que a instrução procedimental da contratação direta, a qual compreende também a inexigibilidade, encontra-se prevista no artigo 72 da Lei 14.133/21, e segue o rol de documentos mínimos exigidos.

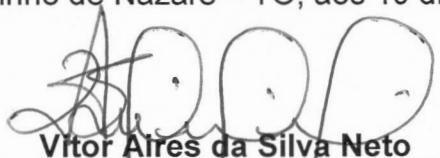
4 - CONCLUSÃO

Face ao exposto, considero **REGULAR E LÍCITO**, o Processo Licitatório realizado na modalidade **INEXIGIBILIDADE** visando a **CONTRATAÇÃO DE UM ARTISTA CONSAGRANDO E DE RENOME NACIONAL, POR INTERMÉDIO DE REPRESENTANTE EXCLUSIVO, AFIM DE PROMOVER ANIMAÇÃO ATRAVÉS DE SHOW ARTÍSTICO EM COMEMORAÇÃO À 21ª EDIÇÃO DO DIA DO EVANGÉLICO DE BREJINHO DE NAZARÉ, QUE OCORRERÁ NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2025, SOB INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, CULTURA E ESPORTE DE BREJINHO DE NAZARÉ/TO.**

Presente os requisitos indispensáveis à realização do processo licitatório, bem como outros que demonstram os requisitos pertinentes a contratação de show artístico, no valor global de **R\$ 100.000,00 (cento mil reais)**, compreendendo o valor solicitado pela empresa está em conformidade de cobrado em shows anteriores do artista, de acordo com notas fiscais anexadas no processo e contratos.

Por fim, é o parecer do Controle Interno do poder executivo.

Brejinho de Nazaré – TO, aos 19 dia do mês de agosto de 2025.


Vitor Aires da Silva Neto
Controlador Interno
Decreto nº 011/2025